



## COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 -3º andar - CEP: 30.130-005 - BH-MG

<http://www.tjmg.gov.br/colégiopresidentes/> - e-mail: [colpres@tjmg.gov.br](mailto:colpres@tjmg.gov.br)

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6293 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata do Septuagésimo Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil realizado na Cidade de São Luis, Capital do Estado do Maranhão. A sessão solene de abertura, na sala das sessões do Tribunal de Justiça, contou com as presenças dos Exmos. Srs. Desembargadores Milson Coutinho, Presidente do Tribunal, Dr. José Reinaldo Tavares, Governador do Estado, Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva do Colégio, Deputado João Evangelista Serra dos Santos, Presidente da Assembléia Legislativa, dentre outras autoridades. Discursaram o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Comissão Executiva do Colégio e o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal. Durante as reuniões de trabalho, o Ministro Nelson Jobim discorreu longa e profundamente sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional da magistratura nacional, estabelecendo elucidativa comparação com o sistema de remuneração anterior e abordando as verbas compreendidas no subsídio, as verbas sujeitas ao teto, as que se submetem ao cotejo individual com o teto, as parcelas que dele não fazem parte e, ainda, as que se encontram *sub judice* e as de caráter eventual ou temporário. Discorreu, ademais, sobre os temas da competência e da atuação do Conselho Nacional de Justiça, do nepotismo no Poder Judiciário, do recesso forense, das férias coletivas e da Reforma do Poder Judiciário, com amplo debate sobre todos os assuntos. O Des. José Fernandes apresentou minuta da “Carta de São Luis”, que foi aprovada, à unanimidade. O Colégio chegou ao consenso de que o recesso forense é matéria da economia interna de cada Tribunal e, a princípio, deve ser regulada em lei. O Desembargador João Machado apresentou a proposta de criação de uma associação de magistrados de segundo grau, que não logrou aprovação. O Des. João Moura falou sobre o nepotismo nos cargos em comissão dos Juizados Especiais e sobre a presença de fiscais do Ministério do Trabalho nos tribunais. O Presidente José Fernandes lembrou aos Presidentes sobre a remessa das informações solicitadas pelo Ministro Nelson Jobim até o dia 30 do corrente. O Des. José Fernandes discorreu sobre as finanças do Colégio, a Reforma da Previdência Social, a aposentadoria compulsória dos servidores públicos, a Reforma do Poder Judiciário, o exercício de cargos comissionados no âmbito dos órgãos do judiciário, a ação direta de inconstitucionalidade relativa à Resolução nº 06/2005 do Conselho Nacional de Justiça, a compatibilidade do exercício do magistério pelos juizes com a atividade jurisdicional e sobre os critérios objetivos para a promoção de magistrados e acesso aos Tribunais. O Des. Antônio Malta falou sobre as sugestões para o projeto do Estatuto da Magistratura. O Colégio autorizou o Des. José Fernandes a contratar jurista para tratar da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça. O Desembargador Valter Oliveira apresentou ao Colégio o Des. Sebastião Teixeira, eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia. O Desembargador Osvaldo Stefanello falou sobre a composição dos Órgãos Especiais, a escolha e o mandato de seus integrantes, a vacância, a substituição e a distribuição e redistribuição de processos, debatendo o assunto com os Desembargadores Luiz Tâmbara, Marcus



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 -3º andar - CEP: 30.130-005 - BH-MG

<http://www.tjmg.gov.br/colégiopresidentes/> - e-mail: [colpres@tjmg.gov.br](mailto:colpres@tjmg.gov.br)

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6293 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

Faver e Antônio Malta. O Des. Eugênio Tedesco expôs sobre a Comissão Nacional de Informática das Justiças Estaduais e sobre o estudo que realizou a respeito da remuneração da magistratura nacional. O Des. Sérgio Cavalieri discorreu sobre as medidas possíveis contra os atos decorrentes da aplicação da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça. O Colégio hipotecou irrestrita solidariedade ao Des. Osvaldo Stefanello diante das ofensas que lhe foram dirigidas pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Advogado Roberto Busato. O Colégio decidiu aprovar as seguintes indicações para o projeto do Estatuto da Magistratura: a atividade do magistério para os juízes limitar-se-á a 20 (vinte) horas semanais, no regime de créditos, e a duas turmas pela manhã, ou duas, pela noite, no regime seriado, vedando-se o exercício da reitoria, da diretoria, da chefia de departamento, ou de qualquer cargo de direção, bem como a manutenção de “cursinhos” e a coordenação de cursos; fica vedada também a participação em Tribunais de Justiça Desportiva; aprovou também a sugestão da eleição dos integrantes do Órgão Administrativo, sem mandato, ou seja sem limitação de tempo, e a cada vacância que venha a ocorrer; o expediente dos juízes durante seis horas diárias, no mínimo; a realização da eleição para a mesa diretora dos Tribunais com, pelo menos, 45 (quarenta e cinco) dias antes da posse; definiu-se ainda, deixar para o Conselho Nacional de Justiça a definição do conceito e da abrangência da atividade jurídica pelo bacharel candidato ao cargo de juiz; aprovou, ademais, o Colégio sugerir que o vitaliciamento do magistrado será precedido da remessa mensal ao órgão competente de cópia das decisões interlocutórias ou antecipatórias de mérito e sentenças, além de mapas estatísticos e da pauta de audiências, e, afinal, que o órgão encarregado de acompanhar o processo de vitaliciamento submeterá, com parecer, relatório competente ao Tribunal até dois meses antes do prazo de vitaliciamento. O Desembargador José Fernandes informou que os presidentes Valter de Oliveira, Luiz Tâmbara, Milson Coutinho e Adalto Tristão encerrarão seus mandatos em dezembro próximo, enquanto os presidentes Gilberto Caribé, Antônio Malta, Osvaldo Stefanello e Jorge Mussi concluirão seus mandatos em fevereiro de 2006. Ficou decidido que haverá um encontro do Colégio em abril de 2006, em Boa Vista, por ocasião do 15º (décimo quinto) aniversário do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e que o Colégio será convocado para uma reunião em Brasília após a publicação da Resolução nº 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça e da apreciação, pelo Conselho, das ponderações oferecidas pelo Colégio. O Desembargador José Fernandes, em nome do Colégio e de seus integrantes, apresentou os agradecimentos ao anfitrião Milson Coutinho pela fidalga recepção aos participantes do Encontro. Nada mais havendo, eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário ad-hoc, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

Seguem assinaturas.